Mapas de IRS – Distribuição de rendimentos e de desigualdades[1]

Adriana Lopes e Paulo Renato Costa[2]

Foram recentemente publicados pelo GPEARI os Mapas Interativos do IRS referentes ao período de 2015 a 2021, ao nível do concelho e do distrito, construídos com base nos dados administrativos das notas de liquidação do IRS.

Em cada mapa, é possível aceder à distribuição geográfica de oito indicadores principais: o número de sujeitos passivos ou agregados fiscais (consoante o mapa é referente a sujeitos passivos ou agregados fiscais); o rendimento bruto anual (englobado no IRS); o índice de Gini; a percentagem de rendimento do concelho/distrito detida pelo 1% dos sujeitos com mais rendimentos (*top* 1%); o rendimento do *top* 10% sobre o dos 10% dos sujeitos com menos rendimentos (*bottom* 10%), mais conhecido por rácio S90/S10; a população do concelho/distrito composta pelos 0,1% dos sujeitos com mais rendimentos do país; a população do concelho/distrito composta pelos 10% dos sujeitos com menos rendimentos do país; e o rendimento anual disponível após o IRS. Cada indicador mencionado, desagrega-se ainda em outros indicadores associados. Por exemplo, o último indicador, rendimento anual disponível, desagrega-se em indicadores como o rendimento bruto médio e total, a taxa efetiva e o IRS liquidado médio e total.

Entre 2015 e 2021, a análise distrital permite verificar um aumento do número de sujeitos passivos com entrega de declarações em todos os distritos com exceção dos distritos de Portalegre, Guarda, Bragança, Vila Real, Castelo Branco e Évora (todos distritos do interior do País), sendo de destacar o distrito de Portalegre com uma redução de 5,8% do número de sujeitos passivos com entrega de declaração.

Em 2021, a média nacional dos rendimentos bruto englobado e líquido (após coleta) foi de 14 151 euros e 12 302 euros, respetivamente, e a taxa efetiva média do imposto de 13,1%. Face a 2015, o rendimento apresentou um aumento de 21,8% em termos brutos e de 20,6% em termos líquidos, para o que contribuiu o aumento da taxa efetiva de imposto de 0,89 p.p. Em termos distritais, Lisboa, Setúbal e Coimbra foram os únicos distritos que apresentaram um rendimento bruto e líquido médio acima da média nacional, sendo que apenas os dois primeiros registaram uma taxa efetiva média acima da média nacional.

Em 2021, o índice de Gini pós-IRS, a nível nacional, cifrou-se em 0,37, tendo reduzido 0,02 p.p. face a 2015. Seis distritos registaram um índice mais elevado que a média nacional, sendo de evidenciar Lisboa e Faro que apresentaram um índice superior a 0,40. Dos distritos com um Gini abaixo da média, destacam-se Portalegre, Évora, Castelo Branco e Santarém com os valores mais baixos. Entre 2015 e 2021, o índice de Gini, tanto antes como após imposto, diminuiu em todos os distritos com exceção de Faro.

Este aumento do índice de Gini no distrito de Faro é reflexo do aumento do índice em quase todos os concelhos do distrito (apenas se verificou uma redução do índice de Gini nos concelhos de Alcoutim, Olhão, Faro e São Brás de Alportel), sendo de salientar os concelhos de Loulé, Lagos e Tavira como os que apresentaram os maiores aumentos da desigualdade. Em 2021, estes três concelhos, juntamente com Vila do Bispo, registaram os índices mais elevados, todos acima de 0,40.

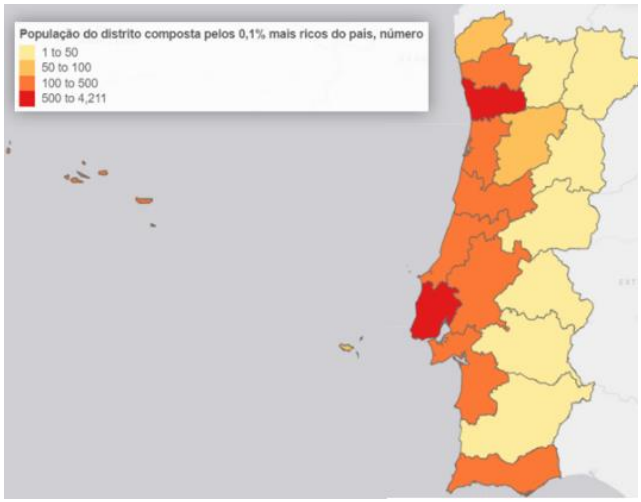
Um outro indicador da desigualdade, mais sensível à desigualdade nos extremos da distribuição, o **rácio S90/S10**, revela que, em 2021, os 10% dos sujeitos com mais rendimentos tinham um rendimento bruto,

[1] Publicado no Boletim Trimestral de Economia Portuguesa (Julho 2023).
[2] GPEARI-MF

em média, 25,2 vezes superior ao dos 10% dos sujeitos com menos rendimentos. Analisando este rácio por distrito, verifica-se que nove distritos apresentaram um rácio superior à média nacional, sendo de realçar Bragança e Vila Real, com rácios acima de 40, e Faro acima de 80. Em sentido inverso, destacam-se os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Portalegre, Santarém e Évora com um rácio abaixo de 20. No período entre 2015 e 2021, o rácio diminuiu em todos os distritos exceto em Faro, Lisboa e Leiria, sendo que no distrito de Faro, o rácio teve um aumento de 17,2%. Este comportamento do rácio no distrito de Faro deve-se a aumentos registados em todos os concelhos, sendo de destacar os concelhos de Lagos e Tavira com aumentos de 654% e 1398%, respetivamente (nestes concelhos, o rácio S90/S10, em 2021, cifrou-se em 461 e 741, respetivamente, quando em 2015 era de 54 e 46, respetivamente).

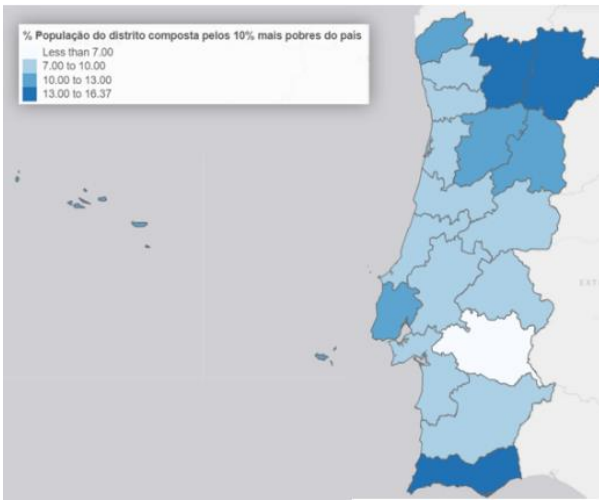
O rendimento médio dos 10% dos sujeitos com menos rendimentos situou-se em 1 807 euros, em 2021, sendo que em Vila Real, Bragança e Faro o rendimento médio foi inferior a 1 000 euros. Entre 2015 e 2021, o rendimento médio do *bottom* 10% diminuiu em todos os distritos à exceção de Faro e Lisboa. Considerando o percentil 10 (que representa o rendimento mais elevado do *bottom* 10%), oito distritos registaram um rendimento acima da média nacional (3 850 euros), com destaque para Évora, Portalegre e Coimbra. Entre 2015 e 2021, o rendimento do percentil 10 aumentou em todos os distritos, excetuando o distrito de Faro. O número de sujeitos passivos que constituem os 10% dos sujeitos com menos rendimentos aumentou nos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Leiria e na Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2021.

Imagem 1. População do distrito composta pelo 0,1% dos sujeitos com mais rendimentos do país



Fonte: Ministério das Finanças, cálculos GPEARI.

Imagem 2. Percentagem da população do distrito composta pelos 10% dos sujeitos com menos rendimentos do país



Fonte: Ministério das Finanças, cálculos GPEARI.

O rendimento médio dos 10% dos sujeitos com mais rendimentos cifrou-se em 45 587 euros, em 2021, sendo que apenas Lisboa apresentou um rendimento superior à média nacional. Todos os distritos registaram um aumento do rendimento médio do *top* 10% entre 2015 e 2021. Considerando o percentil 90 (que representa o rendimento mais baixo do *top* 10%), Lisboa, Setúbal e Coimbra foram os distritos em que o rendimento deste percentil se situou acima da média nacional (27 879 euros). O número de sujeitos passivos que constituem os 10% dos sujeitos com mais rendimentos do país diminuiu apenas em Portalegre tendo registado o maior aumento em Lisboa e Porto.